

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este número da revista é inteiramente dedicado à avaliação em educação de infância e reúne um conjunto de artigos de diferentes investigadores que se propõem contribuir para uma reflexão sobre esta temática, situando-a na diversidade de campos de referência: *pedagógico, organizacional e político*.

O entendimento em torno da avaliação constitui um exercício controverso na medida em que, resultando da prática *discursiva, social e cultural*, é inevitavelmente contextualizado e sujeito a negociação. Com efeito, num momento em que o trabalho em parcerias se impõe, nomeadamente pelas medidas promovidas, ou a necessitar que o sejam, no âmbito da política educativa actual, este domínio adquire especial importância, não com o intuito de provar o que *está certo* mas o de tentar saber *como e porquê* se fazem determinadas escolhas.

Se a avaliação só faz sentido como um meio, instrumento promotor de mudanças ao serviço da qualidade e equidade, bem como do desenvolvimento pessoal, pedagógico e organizacional, então não podemos esquecer que o seu sucesso está por sua vez dependente de “escolhas que envolvem relações de poder e autoridade, valores e finalidades éticas e políticas, que transcendem o educador-professor” e que com estes precisam de ser intensamente partilhadas (Fernandes, 2000, p. 83)\*.

Abordar a temática da avaliação torna-se particularmente relevante numa época em que a melhor forma de salvaguardar os Direitos das Crianças (cuja Convenção foi aprovada por Portugal) passa pelo exercício da participação de todos aqueles que com estas trabalham no terreno (educadores/professores) e pela vontade dos que têm responsabilidades políticas acrescidas.

Numa óptica de valorização da dimensão integradora dos saberes, onde os educadores têm sido pioneiros, pretende-se com este número contribuir para: *i*) repensar a avaliação como forma de apoio ao processo educativo e à igualdade de oportunidades; *ii*) promover a reflexão crítica em torno da operacionalização dos processos de avaliação; *iii*) evidenciar a diversidade de campos e a multiplicidade de abordagens.

O primeiro artigo de Mary Jane Drumond, da Universidade de Cambridge, remete para: (1) a importância de se realizarem opções nas práticas de avaliação; (2) a centralidade dos valores na fundamentação dessas opções; e (3) a estreita relação entre o que a autora considera como actos do educador inter-relacionados e essenciais na procura de qualidade – avaliação de aprendizagens, investigação em educação e avaliação educacional.

O segundo artigo, de autoria de Júlia Oliveira-Formosinho e Cristina Parente, do Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho e Associação Criança, aborda a avaliação como dimensão curricular e seu contributo para a construção da equidade. Nesta sequência, equaciona a necessidade de reconstruir a pedagogia de infância revendo a perspectiva da avaliação tradicional e apresentando como formato de avaliação alternativa o *portfolio*.

No texto seguinte, de Maria Filomena Fonseca Gaspar, são propostos quatro desafios no âmbito da área de conteúdo da Matemática em Educação Pré-Escolar. O primeiro desafio diz respeito à criança como ser social e cultural, tal como é concebida pela teoria de Vygotsky; o segundo versa sobre a Matemática enquanto linguagem e a contagem como base do desenvolvimento numérico; o terceiro incide no desenvolvimento de uma cultura de avaliação e auto-avaliação; o quarto e último propõe uma reflexão sobre alguns dos resultados do *Effective Provision of Pre-School Education (EPPE) Project*, enquanto legitimadores dos desafios propostos.

O artigo de Margarida Alves Martins e Ana Isabel Silva Santos, respectivamente do Instituto Superior de Psicologia Aplicada e Universidade dos Açores, tem como objectivo a apresentação de uma Grelha de Observação de Práticas Pedagógicas nos domínios da Leitura e da Escrita, em contexto de jardim-de-infância, que incide em três grandes áreas: (1) projecto pedagógico; (2) organização e gestão do espaço físico da sala e da rotina diária; e (3) práticas de leitura e de escrita.

\* Fernandes, M. R. (2000). *Mudança e Inovação na Pós-Modernidade: Perspectivas Curriculares*. Porto: Porto Editora.

O quinto artigo, da autoria de Elisandra Girardelli Godoi, da Universidade de S. Marcos/Campus Paulínia, apresenta os resultados de um estudo realizado numa sala de Educação Pré-Escolar da Rede Pública Municipal de Campinas, que evidenciam a existência na Educação de Infância de procedimentos formais e informais de avaliação escolar característicos do Ensino Básico.

Marília Mendonça, da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, descreve um projecto de investigação desenvolvido no âmbito de um estudo aprofundado sobre a descrição e análise dos processos de mudança e inovação educativas, através de uma proposta de formação contínua centrada no apoio à avaliação dos projectos desenvolvidos no jardim-de-infância (rede pública e IPSS).

O sétimo artigo, da autoria de Jorge Pinto, da Escola Superior de Educação de Setúbal, faz uma abordagem da avaliação enquanto oportunidade para a aprendizagem. Nele reflecte sobre a presença da avaliação no quotidiano do professor e a sua integração no projecto ensino-aprendizagem enquanto aspectos essenciais para que se caminhe no sentido da construção de uma avaliação transformadora dos seus actores.

Isabel Lopes da Silva apresenta os resultados de um inquérito realizado a uma amostra significativa de Educadores de Infância, três anos após a publicação das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Esta investigação tem como principais finalidades averiguar a eficácia da divulgação das Orientações Curriculares e do apoio formativo que acompanhou o seu lançamento, bem como recolher as opiniões dos educadores sobre a introdução daquele documento, a sua utilidade em geral e ainda o que pensam acerca das suas diversas vertentes.

Os dois textos seguintes, de António Ferreira Gomes e de Esperança Jales Ribeiro, ambos da Escola Superior de Educação de Viseu, versam sobre a avaliação da prática pedagógica na formação de Educadores de Infância. Nesta sequência, enquanto o primeiro autor faz uma abordagem centrada na avaliação contínua das práticas, com recurso à reflexão proporcionada pela *auto e heteroscopia*, a segunda autora apresenta uma proposta de transição de uma *prática reflexiva* para uma *prática narrativa*, concretizada através de processos de significação da acção que permitem a (re)teorização da mesma e, através desta, a mudança.

Jorge Adelino Costa e Alexandre Ventura, da Universidade de Aveiro, analisam, numa perspectiva organizacional, o papel que a auto-avaliação pode assumir na melhoria e no desenvolvimento dos estabelecimentos de educação e ensino. Neste artigo é enfatizada a dimensão aprendente das instituições educativas quando estas, a partir do seu interior, colocam os processos de avaliação ao serviço da melhoria das suas práticas, dando assim sinais de inteligência organizacional e de construção de efectivas comunidades de aprendizagem.

O décimo segundo artigo situa-se no campo disciplinar da sociologia da avaliação. Nele, Maria Emília Vilarinho, da Universidade do Minho, procura problematizar as relações entre as políticas educativas e as práticas avaliativas, numa dimensão organizacional, através do relato de uma experiência de formação de educadores e professores.

No âmbito das políticas educativas, o artigo da autoria conjunta de Teresa Vasconcelos, Inês d'Orey, Luísa Fernandes-Homem e Marta Cabral apresenta parte de um estudo de caso sobre o processo de expansão da rede de educação de infância na perspectiva do combate à exclusão e promoção da equidade numa freguesia da área da Grande Lisboa. A análise dos dados, baseada em indicadores de equidade, conduziu à emergência de três grandes temas: (1) estruturas organizacionais e lideranças, (2) pedagogias e acções pedagógicas e (3) políticas locais de emancipação e auto-realização. Daí são retiradas implicações para as políticas educativas em Educação de Infância.

Fazemos votos de que este conjunto de artigos, a abarcar um leque tão diversificado de campos de referência, possa contribuir para uma visão mais fundamentada das práticas de avaliação, de forma que estas não deixem de contemplar os direitos de participação das crianças e que estes possam, por sua vez, estar aí, efectivamente, consagrados.